

AS REDAÇÕES NOTA MIL DO ENEM: INDÍCIOS DE AUTORIA?

Juliana Regina Pretto¹

RESUMO

Este trabalho analisou, à luz da noção de autoria de Possenti (2009), dez redações avaliadas com nota máxima na prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio em 2016. A análise tem o propósito de observar como se dá a configuração da autoria em tais textos, ou melhor, se é possível afirmar que as Redações Nota Mil apresentam indícios de autoria e quais são eles. O paradigma indiciário de investigação foi a abordagem metodológica utilizada para a análise dos textos por este ser um estudo de cunho qualitativo.

Palavras-chave: texto dissertativo-argumentativo, paradigma indiciário, texto e discurso.

Introdução

Segundo a cartilha do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), há cinco competências nas quais o aluno é avaliado; entre elas, está a competência 3, de acordo com a qual é esperado que o candidato apresente “informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria, em defesa de um ponto de vista” (BRASIL, 2019, p. 20). Assim sendo, a cartilha manifesta que a configuração da autoria é algo desejável, no entanto não define o que é autoria nem como se configura. À luz da noção de autoria de Possenti (2009), neste trabalho serão analisadas redações avaliadas pela prova do ENEM com nota mil, ou seja, com pontuação máxima na prova de redação. Objetiva-se observar como se dá a configuração da autoria de tais textos e se é possível afirmar, a partir do conceito do pesquisador mencionado, que as Redações Nota Mil apresentam sinais claros ou indícios de autoria e quais são eles.

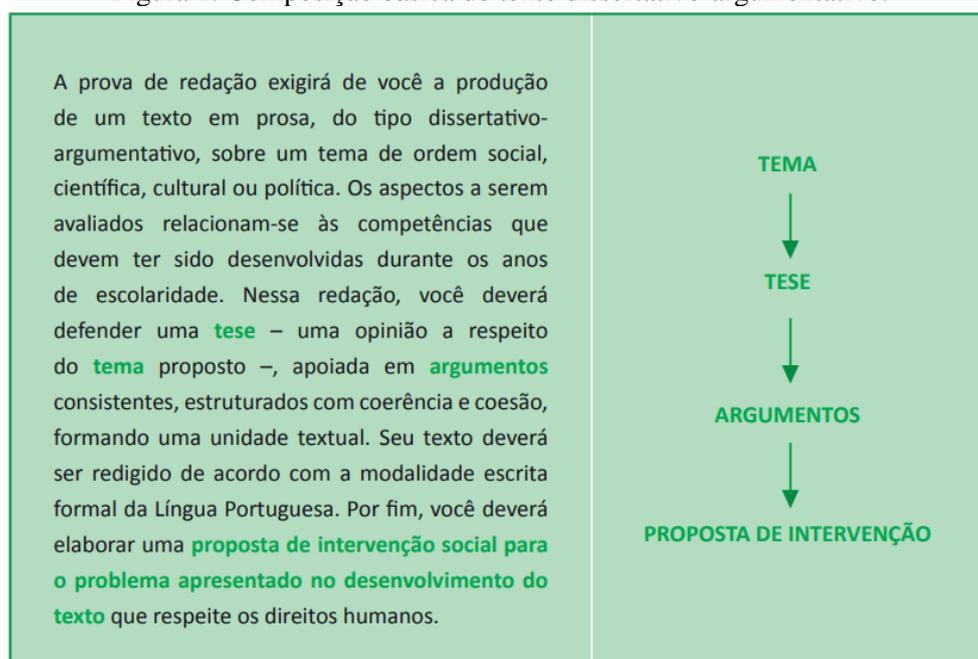
¹ Professora do Instituto Federal do Paraná (IFPR) campus Paranaguá, mestre em Letras com ênfase em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: juliana.pretto@ifpr.edu.br.

Para fazer parte do *corpus* deste trabalho, foram selecionadas dez redações nota mil avaliadas pela prova no ano de 2016, as quais tinham por tema “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil”². As redações foram analisadas a partir do paradigma indiciário de investigação, teorizado por Ginzburg e adaptado para os estudos da Aquisição da Escrita por Abaurre, Fiad e Mayrink-Sabinson (1998). O paradigma indiciário foi o instrumento metodológico utilizado para analisar o *corpus* e identificar nos textos elementos que indicassem marcas claras ou indícios de autoria. Com o objetivo de exemplificar os dados encontrados neste estudo, serão expostas e apresentadas as análises de uma redação.

As redações nota mil e a cartilha do exame

A Cartilha do Participante do ENEM 2016, página 7, fixa o gênero textual solicitado ao estudante pela prova, apresentando a composição básica esperada pela comissão de avaliação; tal composição pode ser visualizada na Figura 1.

Figura 1: Composição básica do texto dissertativo-argumentativo.



Fonte: Redação no Enem 2016: Cartilha do Participante (2016, p. 7).

2 O *corpus* deste trabalho serviu de material controle no projeto de pesquisa intitulado “Articuladores textuais em produções escritas de alunos de Ensino Médio”, realizado por mim no âmbito do IFPR.

Portanto, a cartilha já especifica o texto dissertativo-argumentativo como composto por tese e argumentos, deixando claro que se solicita aos candidatos que concluam seus textos com uma proposta de intervenção social.

Na página 19 tal cartilha especifica do que se trata a tese, bem como o que vêm a ser os argumentos, dando exemplos, ainda, de estratégias argumentativas. Observe-se a Figura 2.

Figura 2: Composição do texto dissertativo-argumentativo e estratégias argumentativas.

<p>I – Apresentar uma tese, desenvolver justificativas para comprová-la e uma conclusão que dê fecho à discussão elaborada no texto, compondo o processo argumentativo.</p>	<p>TESE – É a ideia que você vai defender no seu texto. Ela deve estar relacionada ao tema e deve estar apoiada em argumentos ao longo da redação.</p> <p>ARGUMENTOS – É a justificativa para convencer o leitor a concordar com a tese defendida. Cada argumento deve responder à pergunta “por quê?” em relação à tese defendida.</p>
<p>II – Utilizar estratégias argumentativas para expor o problema discutido no texto e detalhar os argumentos utilizados.</p>	<p>ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS – São recursos utilizados para desenvolver os argumentos, de modo a convencer o leitor:</p> <ul style="list-style-type: none"> • exemplos; • dados estatísticos; • pesquisas; • fatos comprováveis; • citações ou depoimentos de pessoas especializadas no assunto; • pequenas narrativas ilustrativas; • alusões históricas; e • comparações entre fatos, situações, épocas ou lugares distintos.

Fonte: Redação no Enem 2016: Cartilha do Participante (2016, p. 19).

Não está explícita a base teórica na qual se apoia a cartilha em questão para elaborar tais quadros, posto que esse documento não expõe suas referências bibliográficas.

Em sua página 8, o documento também expõe as cinco competências pelas quais os candidatos serão avaliados. De acordo com a Figura 3, são cinco as competências: 1) domínio da norma culta em sua modalidade escrita formal; 2) compreensão da proposta de redação, demonstração de repertório cultural produtivo e domínio da estrutura do texto dissertativo-argumentativo; 3) apresentação e interpretação de informações, fatos e opiniões para a defesa de um ponto de vista, com configuração de autoria; 4) conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a tessitura de um texto de

base argumentativa; 5), apresentação de proposta de intervenção, ou seja, uma forma de enfrentar o problema abordado.

Figura 3: Competências utilizadas pelos avaliadores do ENEM na correção da prova de redação.

Competência 1	Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa.
Competência 2	Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
Competência 3	Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
Competência 4	Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
Competência 5	Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

Fonte: Redação no Enem 2016: Cartilha do Participante (2016, p. 8).

De acordo com a competência 3, como já se especificou anteriormente, a cartilha deixa claro que o exame espera uma configuração de autoria em defesa de um ponto de vista, mas o documento não expressa o seu conceito de autoria, no que ela consiste e como espera que se materialize nos textos. Pelo que é expresso em relação à competência 3, a cartilha parece compreender o conceito como algo relacionado ao domínio da interpretação de fatos e informações para a elaboração de argumentos em defesa de um ponto de vista, porém, como se nota, o conceito fica em aberto, sem definições ou exemplos que possam situar o leitor.

A despeito dessa informação expressa na competência 3, ao comentar algumas redações nota mil, no que se refere a essa mesma competência, a cartilha apresenta diferentes especificações: “o texto apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria e independência de pensamento” (BRASIL, 2016, p. 34); “O tema é desenvolvido de forma coerente, os argumentos selecionados são consistentes e a conclusão é relacionada ao ponto de vista adotado, configurando independência de pensamento e autoria” (BRASIL, 2016, p. 40); “O tema é desenvolvido com progressão fluente, articulada ao ponto de vista defendido, configurando autoria” (BRASIL, 2016, p. 45). Os excertos

transcritos são exemplos da pouca clareza com a qual o documento trata o termo autoria, que fica ora subentendida como demonstração do repertório cultural do candidato adequadamente utilizado como argumentos em defesa do ponto de vista, ora como parte da progressão temática. Também pode ser interpretada como o próprio domínio da estrutura do texto dissertativo-argumentativo ou, ainda, como “independência de pensamento” – será que essa independência pode ser entendida como autonomia, com diferenciação da voz do autor das outras vozes do texto?

Como se percebe, é bastante confusa e obscura a ideia de autoria apresentada pelo documento e, dada essa dificuldade de entender com clareza a sua compreensão a respeito do termo, para este estudo buscou-se uma noção mais objetiva – o conceito de Possenti (2009), o qual ficará claro mais adiante.

Paradigma indiciário, estilo e autoria

Com o fim de analisar os sinais ou indícios de autoria nos textos coletados para este trabalho, utilizou-se o paradigma indiciário de investigação. Conforme Ginzburg (1989), o grupo de disciplinas chamadas de indiciárias não se enquadra nos critérios de cientificidade do paradigma galileano, o qual tem por objetivo a quantificação e a repetibilidade dos fenômenos; as disciplinas indiciárias são qualitativas, se ocupando exatamente do individual. Entre as disciplinas para as quais a aplicação da matemática não é possível encontravam-se as ciências humanas. O paradigma quantitativo e antiantropocêntrico das ciências da natureza colocou para as ciências humanas um problema □ ou flexibilizar o rigor científico para obter resultados relevantes, ou assumir um rigor científico forte para obter resultados de pouca relevância. Assim, é imprescindível assumir um rigor flexível num paradigma indiciário; para um tipo de saber cujas regras não podem ser formalizadas, elementos como faro e intuição devem ser utilizados para a análise da realidade estudada.

Em vista disso, num estudo relacionado à aquisição da escrita, a adoção de um paradigma indiciário permite a valorização do individual, resultando mais satisfatório para a análise de textos, já que uma pesquisa galileana, com base em dados quantitativos, surtiria em dados irrelevantes. O paradigma indiciário permite, com base em pistas, indícios deixados no texto dos sujeitos, analisar o processo de aquisição da escrita de modo a elaborar hipóteses e explicações para esse processo. Tal paradigma foi utilizado

por Abaurre, Fiad e Mayrink-Sabinson (1998) em vários estudos sobre a aquisição da escrita e apresentou resultados de grande relevância. Como no presente estudo analisam-se dados de sujeitos concluintes do Ensino Médio, mostrou-se relevante o uso do paradigma indiciário como instrumento metodológico.

Segundo Abaurre, Fiad e Mayrink-Sabinson (1998), Ginzburg preocupa-se em definir princípios metodológicos que possam ser aplicados a pesquisas que se voltam para as manifestações de singularidade. Num paradigma indiciário, o rigor metodológico deve ser diferenciado de pesquisas experimentais, pois o pesquisador se volta para a singularidade dos dados. Nesse "rigor flexível", o pesquisador deve usar elementos como a intuição para, com a observação dos indícios deixados, formular hipóteses e explicações para aspectos da realidade estudada. Essas autoras adotam o paradigma indiciário de cunho qualitativo para estudos que se referem ao sujeito e à linguagem. Ao paradigma indiciário, associam procedimentos abduativos de investigação; a abdução é explicada pelo filósofo inglês C. S. Pierce como um tipo de inferência que busca interpretar sinais e indícios de maneira racional, chegando a uma conclusão passo a passo e se aproximando da intuição. No trabalho com indícios, as questões que norteiam a metodologia são referentes ao conjunto de critérios para a identificação dos dados relevantes e ao conceito de rigor metodológico que não pode ser o mesmo de investigações centradas em procedimentos quantitativos.

Para essas autoras, os dados da escrita são importantes, pois indicam o processo de modificação da relação sujeito/linguagem, já que a aquisição da escrita faz parte do processo mais amplo de aquisição da linguagem, sendo um momento particular em que o sujeito se depara com a representação escrita da língua que fala. É um momento em que o sujeito reflete sobre a linguagem e, por isso, tais dados apresentam muitos traços de singularidade. Durante muito tempo, os estudos sobre escrita e leitura não viam os "erros" dos alunos em fase de aquisição da escrita como indícios do próprio processo de aquisição dessa linguagem. As autoras defendem que os alunos precisam ser vistos em sua singularidade para que o seu processo de aquisição possa ser compreendido, já que o trajeto de aquisição do aluno é determinado pela sua própria singularidade. Tendo a linguagem a característica de constante mudança, é natural que os dados de aquisição da escrita tenham característica mutável. Por isso, num trabalho de pesquisa sobre a aquisição da linguagem escrita, o pesquisador deve cuidar para não tirar conclusões

precipitadas e não acabar fazendo uma simples descrição das características de um estágio desse processo.

A discussão que Abaurre, Fiad e Mayrink-Sabinson (1998) fazem sobre o estilo leva à conclusão de que só se pode falar da construção do autor a partir da construção do estilo, sendo estilo entendido como os recursos linguísticos escolhidos pelo autor. Sustentam que já a partir do momento inicial da aquisição da escrita há traços individuais de estilo e que a escola segue o caminho inverso dessa tendência ao estilo individual, ao valorizar o estilo escolar, que tem por objetivo homogeneizar a escrita dos estudantes. Entretanto, é no decorrer do processo de leitura e escrita de textos que os alunos constroem suas marcas pessoais.

Essas pesquisadoras utilizam a noção bakhtiniana de gêneros discursivos, segundo a qual cada gênero possui determinado estilo, havendo também um estilo individual. Para Bakhtin (1992), o estilo consiste nos recursos linguísticos e fraseológicos utilizados para compor os enunciados, havendo um estilo próprio de cada gênero textual, bem como o estilo individual, as características particulares utilizadas pelo autor. Em outras palavras, Bakhtin (1992) já entendia o estilo como algo que é construído social e historicamente, (o estilo dos gêneros do discurso), mas não ignorava o fato de existir um estilo individual. Afirma também que distinguir entre o que se relaciona ao uso corrente e ao indivíduo está ligado ao enunciado, apontando para a necessidade de estudar os recursos lexicais e fraseológicos presentes nos enunciados dos textos.

Possenti (2009) aponta a necessidade de se reinterpretar as noções de estilo, autoria e enunciação, podendo, assim, ser compatibilizadas entre si e com a Análise do Discurso. Para tanto, ressalta que é preciso retirar a noção de estilo das concepções românticas de *desvio* e *escolha*, desassociando-a da ideia de que o estilo decorre das escolhas de um “autor onisciente e todo-poderoso, livre de qualquer amarra institucional” (POSSENTI, 2009, p. 92-93). Da mesma forma, também é necessário redefinir autoria para que não seja entendida somente no âmbito autor-obra e como idiosincrasia, afora repensar o conceito de enunciação

[...] a partir de uma posição (institucional, por exemplo) e como acontecimento irrepitível, marcado eventualmente por algum traço ‘pessoal’, a ser tratado possivelmente no domínio que se tem chamado, em mais de um lugar, de singularidade. (POSSENTI, 2009, p. 91).

Em relação a essas três noções, esse autor defende, ainda, que não se trata de postular uma média entre o social e o individual, mas sim de captar, por meio de adequados instrumentos teóricos e metodológicos, “qual é o modo peculiar de ser social, de enunciar e de enunciar de certa forma, por parte de um certo grupo e, eventualmente, de um certo sujeito.” (POSSENTI, 2009, p. 96).

Possenti (2009) não vê a possibilidade de considerar a questão do autor de forma desvinculada da noção de singularidade. Para imprimir objetividade à noção de autoria, ele propõe que, a partir do paradigma indiciário de Ginzburg, se pense em indícios de autoria, avaliando esses indícios nos textos para distinguir textos *com* de textos *sem* autoria. Alerta, no entanto, que não se trata simplesmente de que um texto satisfaça exigências de ordem gramatical e textual, visto que “As verdadeiras marcas de autoria são da ordem do discurso” (POSSENTI, 2009, p. 110). Assim, afirma que é possível que um indivíduo se torne autor quando assume (de forma consciente ou não) ao menos as seguintes atitudes:

- Dar voz a outros enunciadores, incorporando ao texto discursos correntes e fazendo uma aposta sobre o leitor: um recurso para isso é fazê-lo por meio de um léxico que implique uma avaliação do autor, a qual pode ser explícita ou feita aparentando neutralidade.
- Manter distância em relação ao próprio texto: se trata de marcar posição em relação ao que os outros dizem e em relação aos seus interlocutores, como suspender o assunto para se explicar diante de uma reação que o interlocutor poderia ter, explicitar em qual sentido se utiliza uma palavra, resumir ou retomar algo dito anteriormente, etc.
- Evitar a mesmice: ainda que a variação seja um indício de autoria, não se trata de fazê-lo somente para não repetir termos, mas sim de marcar tomadas de posição; dessa forma, o que confere autoria é como se diz algo, os termos usados.

Portanto, de acordo com tal conceito de autoria, esta consiste em o autor incorporar ao seu texto o discurso de outros, o que significa fazê-lo tanto recorrendo aos discursos correntes quanto citando a voz do outro. No entanto, isso é feito sempre mantendo a distância entre o discurso do outro e o seu próprio discurso, por meio da concordância/ discordância/ crítica, e estabelecendo o diálogo com o interlocutor. Tudo isso pode ser feito a partir de um léxico que demonstre a própria avaliação do autor sobre

o discurso do outro e sobre o seu próprio discurso, ou melhor, suas tomadas de posição; nesse processo os usos de determinados termos são reveladores das avaliações do autor.

As redações nota mil

Nos textos do *corpus*, observa-se uma perfeita progressão textual, com adequado encadeamento de ideias, e eficaz representação quanto à estrutura composicional do gênero solicitado na proposta, com tese, argumentos e uma conclusão por apresentação de propostas de intervenção social. Quanto à autoria, notam-se indícios, com incorporação de outros discursos, outras vozes ao texto. No entanto, percebe-se na linguagem, nos usos de termos, um certo apagamento do autor, tentando aparentar neutralidade ou impessoalidade, o que não é esperado num texto de base argumentativa, em que o autor deve convencer o seu interlocutor colocando-se pessoalmente no texto. Nota-se tal apagamento pela ausência de um léxico que implique avaliação por parte do autor, como ausência de adjetivação e de outros termos que remetam a figuras de linguagem como ironia, hipérbole ou metáfora. Nesse apagamento da personalidade, destaque-se o texto em terceira pessoa – nenhum texto do *corpus* foi escrito em primeira pessoa.

A seguir é exposta uma redação nota mil, a qual reflete exemplarmente os dados do *corpus*. À transcrição do texto, tal qual foi composto pela candidata, segue a análise dessa redação.

Embora seja direito assegurado a todos os cidadãos pela Constituição Federal, a liberdade religiosa não é garantida de modo isonômico aos brasileiros. Ora velada, ora implícita, a intolerância quanto ao diferente faz parte da realidade do país. Infelizmente, o desconhecimento da população em relação ao processo de formação da nação e a falta de punição sob os que atentam contra a religião do próximo impedem que o respeito à diversidade cultural brasileira seja consolidado.

Segundo os sociólogos da chamada “Geração de 30”, muito importantes para o desenvolvimento da antropologia no país, o Brasil é formado por uma fricção interétnica. Isto é, desde os tempos da colonização, diferentes culturas compartilham o mesmo território. Contudo, tal interação não ocorre de forma harmônica, uma vez que a persistência do pensamento eurocêntrico do século XVI, que considera os costumes de outros povos como inferiores, gera a intolerância religiosa dos dias atuais. Inquestionavelmente, o preconceito quanto às culturas minoritárias ainda é muito marcante no país, o que é responsável por quadros de violência e por conflitos sociais. O caso de apedrejamento de uma menina de onze anos vestida com trajes típicos do candomblé, ocorrido no Rio de Janeiro, é prova da falta de respeito de parte dos brasileiros às diferentes culturas que formam o país. De modo análogo, a certeza da impunidade faz com que crimes de ódio continuem acontecendo.

Consoante aos ideais liberais de John Locke, as leis brasileiras caracterizam-se pelo respeito às liberdades individuais, o que é, sem dúvidas, uma grande conquista dos brasileiros. Todavia, o que

é proposto pela legislação não é colocado em prática integralmente, contribuindo, assim, para o crescimento do preconceito no país. O crescente número de denúncias relacionadas à intolerância religiosa, constatadas pela Secretaria dos Direitos Humanos, comprova que uma parcela da população brasileira ainda não tem acesso à plena liberdade de culto e religião.

A fim de garantir, portanto, a equidade na garantia de direitos à população, são necessárias transformações na sociedade brasileira. O Ministério da Educação, primeiramente, deve inserir à matriz curricular estudantil debates e estudos antropológicos acerca do processo de formação do país, de modo a valorizar a participação das mais variadas culturas na composição da identidade brasileira. Ademais, cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social a realização de palestras, sarais e exposições que exaltem a importância do respeito à diversidade religiosa do Brasil. Por fim, cabe às Secretarias de Segurança Pública a criação de delegacias especializadas na investigação de crimes que envolvam a intolerância religiosa, de modo a intensificar o combate a tal preconceito. Afinal, somente com a cooperação entre Estado e sociedade será possível lutar contra a intolerância, um mal que ameaça o Brasil.

O texto referido introduz adequadamente o tema por meio da retomada da Constituição Federal sobre liberdade religiosa para contrastá-la com o atual estado da questão na prática. Já no final do primeiro parágrafo é introduzida a tese: “o desconhecimento da população em relação ao processo de formação da nação e a falta de punição sob os que atentam contra a religião do próximo impedem que o respeito à diversidade cultural brasileira seja consolidado.”

Nos parágrafos segundo, terceiro e quarto, a candidata introduz seus argumentos. Assim, para comprovar a sua tese de que tanto a falta de informação quanto a de punição estão na base do problema da intolerância religiosa, estabelece, no primeiro parágrafo, que “a persistência do pensamento eurocêntrico [...] considera os costumes de outros povos como inferiores”, ocasionando a intolerância religiosa. Tal argumento fundamenta-se nas bases de estudos da antropologia, citando uma geração de sociólogos brasileiros; trata-se de um argumento de autoridade. No terceiro parágrafo, a candidata apresenta um argumento de exemplificação mencionando um caso específico de crime de intolerância religiosa contra uma praticante de candomblé, exemplo que reforça o argumento anterior, pois demonstra a “persistência do pensamento eurocêntrico”. No quarto parágrafo, para enfatizar a violação dos direitos individuais, a candidata apresenta informação sobre a violação do direito ao culto religioso no Brasil, o número de denúncias de intolerância religiosa, um argumento fundado na realidade. Fica implícita nesse parágrafo a ideia de falta de punição, ou melhor, se existe uma lei e muitos a violam, isso se deve à impunidade.

No quinto parágrafo, a proposta de intervenção social está em consonância com a tese da candidata. Dessa forma, estabelece que, tendo como causas da intolerância religiosa os problemas de falta de informação e de punição, por um lado são necessárias medidas que

levem informação aos indivíduos sobre tolerância religiosa e respeito à diversidade de religiões e, por outro lado, a investigação dos crimes de intolerância.

Em seu texto a candidata demonstra repertório cultural produtivo. Cita, de forma pertinente e articulada com a sua tese, a Constituição Federal, estudos da antropologia, informações divulgadas em noticiários e o filósofo John Locke, além de dar a entender que tem conhecimento sobre as funções de órgãos do governo federal, como ministérios e secretarias.

O desenvolvimento do tema se dá perfeitamente: a tese é estabelecida no primeiro parágrafo e defendida com os argumentos dos parágrafos segundo, terceiro e quarto; a conclusão incide sobre os problemas estabelecidos na tese. O tema progride em função das ideias, oriundas do repertório cultural produtivo da candidata, que não se restringe a simplesmente amontoar no texto citações e informações aleatoriamente. A candidata detém o repertório (as informações novas), consegue transformá-lo em conhecimento por meio de raciocínio crítico e, finalmente, articulá-lo em forma de texto.

Retomando o conceito de autoria de Possenti (2009), no segundo parágrafo, a autora dá voz a outros enunciadores, incorporando ao texto o discurso de uma geração de sociólogos, apostando que o leitor conhece tal geração. O articulador *isto é* introduz uma leitura da candidata sobre as ideias dos sociólogos citados, mas fazendo uma interpretação própria, particular, em direção ao tema tratado no texto.

Note-se o papel que joga o modalizador *infelizmente* no primeiro parágrafo; de maneira implícita, a candidata lamenta o que foi expresso na tese e, dessa forma, coloca a sua voz como autora. O uso do modalizador *inquestionavelmente*, no segundo parágrafo, também é responsável por colocar a voz da autora de forma mais contundente no texto, introduzindo uma avaliação de certeza (e em tom autoritário) sobre o seu enunciado. Segundo Koch (2013), os modalizadores discursivos modalizam o texto, ou seja, atribuem diferentes matizes em relação ao modo de o locutor tratar o seu próprio discurso. Dito de outro modo, utilizando tais elementos, o locutor manifesta atitudes em relação ao conteúdo de que trata; são como opiniões implícitas. Assim, de maneira implícita, a autora se coloca no texto, inclui a sua opinião sobre seus enunciados.

Afora os indícios de autoria destacados acima, o texto parece tentar estabelecer um estilo neutro, sem muitas marcas pessoais, ou seja, de autoria. Se a candidata quisesse introduzir características mais marcadamente autorais ao texto poderia fazê-lo por meio

de recursos como ironia, metáforas e adjetivação de certos episódios. A candidata poderia ter lançado mão da adjetivação como um léxico que implicasse sua avaliação de alguns episódios mencionados por ela, mas não o fez. Observem-se alguns exemplos abaixo marcados com A) e B). A candidata teria incorporado marcas mais claramente autorais se, ao invés de A) tivesse optado por B).

- A) [...] o preconceito quanto às culturas minoritárias ainda é muito marcante no país, [...]
- B) [...] o **deplorável** preconceito quanto às culturas minoritárias ainda é muito marcante no país, [...]
- A) O caso de apedrejamento de uma menina de onze anos vestida com trajes típicos do candomblé [...]
- B) O **absurdo/ abominável** caso de apedrejamento de uma menina de onze anos vestida com trajes típicos do candomblé [...]
- A) O crescente número de denúncias relacionadas à intolerância religiosa [...]
- B) O crescente e **vergonhoso/ lamentável** número de denúncias relacionadas à intolerância religiosa [...]
- A) A fim de garantir, portanto, a equidade na garantia de direitos à população, são necessárias transformações na sociedade brasileira.
- B) A fim de garantir, portanto, a equidade na garantia de direitos à população, são **urgentes/ imperativas** transformações na sociedade brasileira.

Percebe-se a diferença em termos de marcas autorais se a candidata houvesse adjetivado certos episódios – no caso dos três primeiros exemplos acima – ou, ainda, se tivesse optado por outro adjetivo – no caso do quarto exemplo. Nesse último caso, destaque-se o tom autoritário e crítico que adjetivos como *urgentes* e *imperativas* colocariam à voz da autora do texto, em oposição a *necessárias*, mais comedido ou neutro. É claro que a autora do texto deve achar o preconceito contra as minorias deplorável, o apedrejamento da menina de onze anos absurdo ou abominável, bem como o crescente número de denúncias de

intolerância religiosa algo ao menos lamentável. Contudo, não escolheu adjetivar os eventos provavelmente por considerar a adjetivação inadequada ao gênero texto dissertativo-argumentativo – consideração que deve advir de recomendações da escola, que possivelmente embasa-se na própria cartilha do exame.

A cartilha do ENEM 2016, ao tecer comentários sobre duas redações nota mil, faz as seguintes considerações: “O texto é objetivo e impessoal” (BRASIL, 2016, p. 32) e “O texto é objetivo e impessoal, com progressão fluente e articulada ao projeto do texto” (BRASIL, 2016, p. 38). A partir das palavras *objetivo* e *impessoal* infere-se que ainda existe a ideia de impessoalidade do texto. Note-se a incongruência ao definir como impessoal um texto de base argumentativa, que objetiva defender um ponto de vista que obviamente é pessoal. Com esse tipo de postura, a prova perde a oportunidade de romper com uma das maiores falácias propagadas pela escola no ensino de língua portuguesa, a pretensa neutralidade do texto, ideia superada e muito criticada pela Linguística. Que alguns livros didáticos de língua portuguesa ainda tragam ideias superadas como essa já é pouco compreensível, visto que se imagina que tais livros devam ser elaborados por linguistas. Entretanto, o ENEM continuar perpetuando noções como a anterior é inaceitável, dado que essa prova deveria propor diretrizes que auxiliassem a quebrar velhos e errôneos paradigmas.

Considerações finais

Ao analisar o *corpus* deste trabalho à luz da noção de autoria de Possenti (2009), constataram-se marcas autorais referentes à incorporação de outros discursos, outras vozes ao texto (presentes em todos os textos), mas quanto à linguagem, aos usos de termos, há um certo apagamento do autor, numa possível tentativa de aparentar neutralidade ou impessoalidade, o que destoa de um texto de base argumentativa, para o qual espera-se que a voz do autor apareça de forma mais contundente. Como já se afirmou anteriormente, tal fato se deve provavelmente à ação da escola, tendo por base as próprias recomendações/análises da cartilha do exame. Como resultado da tentativa de neutralidade, há um apagamento da autoria nos textos, que acabam por apresentar estilos muito semelhantes, não havendo uma diferenciação entre eles que possam evidenciar as características próprias de cada autor.

Abaurre, Fiad e Mayrink-Sabinson (1998), numa pesquisa sobre estilo e homogeneidade realizada em textos de estudantes universitários, escritos em 1989, averiguaram que tais textos, apesar de parecerem “corretos, sem erros de ortografia, concordância, pontuação etc.” são tão homogêneos que “chegam a passar despercebidas as diferenças entre um e outro texto” e “mais se assemelham do que se diferenciam” (ABAURRE, FIAD E MAYRINK-SABINSON, 1998, p. 196). Assinalam também as autoras que se os estudantes fizessem escolhas individuais tratando do mesmo assunto, mas ao mesmo tempo se diferenciando em termos estilísticos, “seus textos seriam, provavelmente, diferentes do que são” (ABAURRE, FIAD e MAYRINK-SABINSON, 1998, p. 197). Os dados obtidos neste trabalho nos permitem afirmar algo semelhante; as redações nota mil, embora apresentem correção gramatical e vocabular, compreensão da proposta de redação e excelente progressão textual e de domínio do gênero solicitado pela prova, pouco se diferenciam entre si em termos de marcas autorais. Parece que a tendência à atitude de tornar os textos dos estudantes homogêneos, muito parecidos e, portanto, sem indícios de autoria, ainda hoje, trinta anos depois do estudo citado acima, continua sendo perpetuada pelo sistema escolar. E agora com o aval do ENEM.

Referências

- ABAURRE, Maria Bernardete Marques □ FIAD, Raquel Salek □ MAYRINK-SABINSON, Maria Laura Trindade. *Cenas de Aquisição da Escrita*. Campinas □ Mercado das Letras, 1998.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BRASIL. *Redação no Enem 2016: Cartilha do Participante*. Brasília: Ministério da Educação, 2016.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais □ Morfologia e História*. São Paulo □ Companhia das Letras, 1989.
- KOCH, Ingedore Villaça. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- POSSENTI, Sírio. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola, 2009.

LAS DISERTACIONES EVALUADAS CON NOTA MIL EN EL ENEM: ¿INDICIOS DE AUTORÍA?

RESUMEN

Bajo la noción de autoría de Possenti (2009), este trabajo ha analizado diez disertaciones evaluadas con nota máxima en la prueba de escritura del Exame Nacional do Ensino Médio en 2016. El análisis tiene el propósito de observar como se presenta la autoría en dichos textos, es decir, si se puede afirmar que esas disertaciones traen indicios de autoría y cuales son ellos. Debido a ser este un estudio cualitativo, el paradigma indiciario de investigación ha sido el enfoque metodológico elegido para analizar los textos.

Palabras clave: disertación escolar, paradigma indiciário, texto y discurso.

Recebido em 31/03/2020.

Aprovado em 14/05/2020.